

A GRAMÁTICA GERATIVA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

José Ferrari-Neto⁸

RESUMO: Este artigo apresenta um esboço de proposta de ensino de Língua Portuguesa, a qual se pretende inovadora no contexto atual do trabalho didático-pedagógico com língua materna no Brasil. A partir de uma crítica ao ensino tradicional, sua metodologia, seus objetivos e suas concepções básicas, elabora-se uma sugestão que contemple o exercício do fazer ciência com a linguagem, de modo a promover nos discentes, em especial os de Educação Básica, o gosto pela pesquisa e pela inquirição científica, em detrimento de um ensino somente baseado na orientação normativista. Para tanto, recorre-se ao referencial teórico delineado por Chomsky na Gramática Gerativa.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Língua Portuguesa. Gramática Gerativa

ABSTRACT: This paper suggests a new proposal to Portuguese teaching, which seeks to innovate in the context of the current language-teaching work in Brazil. From a critique of traditional Portuguese language teaching, its methodology, its objectives and basic concepts, this paper draws up a suggestion that contemplates the exercise of doing science with language in order to instigate in students, especially those of Basic Education, the pleasure for research and scientific inquiry, rather than just an education based on normative framework. To this end, we resort to the theoretical framework outlined by Chomsky on the Generative Grammar.

KEYWORDS: Teaching. Portuguese language. Generative grammar

1 Introdução

Quando de sua estada no Brasil, em 1996, o linguista norte-americano Noam Chomsky, criador da corrente de estudos linguísticos nomeada Gramática Gerativa, concedeu uma palestra na Universidade de Brasília (UnB), seguida de uma longa entrevista coletiva. Na oportunidade, muitos professores, de vários segmentos, mas em ampla maioria professores universitários, puderam direcionar perguntas ao eminente linguista sobre aspectos variados da pesquisa em Linguística, questões teóricas do gerativismo, problemas relativos à aquisição de linguagem, descrição de línguas humanas naturais e assuntos tais como ciência cognitiva, filosofia da mente e do conhecimento, biologia da linguagem, e muitos outros. Entretanto, uma pergunta destacou-se dentre as muitas que foram feitas naquele momento, menos por estar algo que “deslocada” do conjunto geral das indagações e mais por levantar uma questão que, até então, passara despercebida por muitos teóricos gerativistas, professores universitários e mesmo professores da Educação Básica. Reproduz-se, a seguir, a pergunta, tal qual ela foi feita:

“Nós, professores, estamos muito angustiados de perceber que, apesar dos avanços na gramática gerativa, o ensino de gramática nas escolas de primeiro e segundo graus continua sendo nos moldes da gramática tradicional. O professor acha que é necessário “ensinar” gramática nas escolas? Caso afirmativo, como abordá-la de forma que se aproxime do modelo gerativo?”

Ainda que a pergunta deixe entrever uma certa confusão quanto ao sentido do termo *gramática*, o qual recobre diferentes objetos quando considerado sob a perspectiva do gerativismo e da tradição normativa-prescritiva de base filológica que se enfeixa sob o rótulo de gramática tradicional, a pergunta é pertinente na medida em que lança alguma luz sobre as relações entre a pesquisa linguística realizada em âmbito acadêmico e a realidade do ensino de língua portuguesa levado a cabo na escolas de todo o país. Colocada em outros termos,

⁸ Doutor em Estudos da Linguagem pela PUC/RJ e Professor Adjunto III de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba joseferrarin@ibest.com.br

trata-se de saber até que ponto os desenvolvimentos teóricos da Linguística podem de fato contribuir para melhorar o nível de ensino de português, aproximando, dessa forma, a universidade e a escola. E, no caso de esse ponto estar próximo, como estabelecer os conteúdos, os objetivos e a didática de um ensino concebido sobre essas novas bases.

O presente artigo vem justamente discutir essa questão, levantando a possibilidade para que tal ensino se torne realidade e propondo, ainda que de maneira inicial e sem maiores considerações empíricas, uma diretriz a partir da qual uma nova concepção de ensino de Língua Portuguesa possa ser implementada. Essa diretriz, longe de sanar alguns dos problemas que vêm sendo apontados no ensino atual de Língua Portuguesa (os quais têm sido objeto de suficiente reflexão de vários autores), pretende introduzir uma dimensão inédita nesse ensino. A partir da resposta de Chomsky à questão supracitada, este artigo apresenta e defende a inclusão da *pesquisa linguística*, aliada a uma *reflexão sobre aspectos formais da língua*, como uma das bases nas quais deve se assentar a prática docente, objetivando o despertar do gosto pela *inquirição científica* em nossos alunos de Educação Básica.

O artigo se estrutura da seguinte forma: a seção 2, logo a seguir traz um quadro da situação geral em que se encontra o ensino de Língua Portuguesa no Brasil atualmente, procurando localizar e caracterizar tanto alguns dos atores desse processo (professores em especial) quanto as vertentes que, aparentemente, vêm regendo o ensino de língua materna. A seção 3 descreve o sistema educacional sob a perspectiva do que ele concebe como sendo necessário ensinar quando o assunto é português – que expectativas os componentes desse sistema possuem em relação ao que deve ser objeto de trabalho pedagógico nas aulas de Língua Portuguesa. A seção 4 delinea os contornos gerais da proposta aqui defendida, o que ela pretende, como pode ser implementada, que objetivos ela pode alcançar e qual a sua relevância. A seção 5 mostra as considerações gerais a respeito dos tópicos aqui apresentados e discutidos.

2 Uma breve incursão sobre a situação atual do ensino de Língua Portuguesa no Brasil

Reproduz-se a seguir o trecho inicial da pergunta dirigida a Chomsky:

“Nós, professores, estamos muito angustiados de perceber que, apesar dos avanços na gramática gerativa, o ensino de gramática nas escolas de primeiro e segundo graus continua sendo nos moldes da gramática tradicional.”

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer quem são os professores aludidos na pergunta acima. Como a pessoa que fez a pergunta não se identificou, no sentido em que não forneceu nenhuma informação a respeito de sua titulação acadêmica, nível de ensino, etc., ao mesmo tempo em que também não deu indicações a respeito do grupo docente que é referido na pergunta pelo pronome “nós”, fica um tanto vaga a referência aos “professores” feita na questão. Pode-se, no entanto, especular sobre quem são esses professores. Assim, duas hipóteses se cogitam – a de que o autor da pergunta se refere aos professores da Educação Básica (nos níveis do Ensino Fundamental e do Médio), e a de que o autor, na verdade, alude aos professores da Educação Superior, no caso, aos professores de graduação e pós-graduação. Exclui-se, por razões óbvias, que o autor atue na Educação Infantil, já que a pergunta não concerne diretamente aos problemas que afetam esse segmento do ensino.

É legítimo afirmar que as preocupações sobre a questão do ensino de Língua Portuguesa residem em dimensões distintas, caso se considere ou a primeira ou a segunda hipótese como verdadeira. São essas preocupações que seriam a fonte da angústia mencionada na pergunta – de onde ela proviria? Qual seria a sua causa? É de grande importância determinar por que razão ou razões estão os professores angustiados, seja de que segmentos

eles forem, uma vez que é esse estado de espírito que motiva tanto a formulação da pergunta e sua colocação a Chomsky quanto as reflexões que daí sucedem.

Se o autor da pergunta atua na Educação Básica, então sua fonte de angústia reside na dimensão do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa. Isso porque, nesse segmento, a questão fundamental não é o aumento do conhecimento existente sobre a língua materna – a escola tem sido lugar de transmissão e construção de conhecimento, mas não de produção do mesmo. Então, a preocupação do professor desse segmento é a de modelar um dado conhecimento, criado fora de seu âmbito de atuação e com características diversas daquele em que será passado aos alunos, de forma a facilitar o seu tratamento em sala de aula e, com isso, promover uma melhor absorção desse conteúdo por parte dos discentes. Em resumo, trata-se de moldar a língua materna como um objeto de ensino/aprendizagem, tendo em vista as necessidades e os interesses da escola, da sociedade, da matéria e dos próprios alunos. Na consecução dessa tarefa, o professor lança mão de uma descrição científica que convém aos seus propósitos, isto é, ele ensina aos seus alunos uma determinada maneira de se conceber o objeto de suas aulas, a qual deve, de algum modo, corresponder à realidade observada. Por outro lado, se ele for um professor da Educação Superior, então sua fonte de angústia reside na dimensão da pesquisa/investigação. Isso porque, na universidade, o objetivo deveria ser o conhecimento para coisas desconhecidas, de forma a ampliar o leque de abrangência da compreensão humana. A preocupação aqui é mais com a produção de conhecimento do que com a forma como ele será transmitido. Além disso, há igualmente o cuidado em definir e descrever o objeto de pesquisa, no caso, a língua portuguesa, com o rigor exigido pela disciplina científica e com o aporte constante de um referencial teórico. A função primordial, aqui, é fornecer à Educação Básica os elementos que serão trabalhos em sala, mesmo que essa finalidade didática não seja a norteadora do processo de elaboração do conhecimento. Enfim, para cada nível de ensino citado há diferentes formas de se situar a “angústia” referida na pergunta.

Estando então bem delimitado o *lugar* do sentimento de angústia e bem caracterizado quem o sente, o próximo passo é indagar sobre as *causas* dessa sensação. Dentre as muitas hipóteses que se podem aventar para isso, destaca-se uma em especial: a de que o referencial teórico usado para descrever e caracterizar os fatos da língua, e que vai determinar e orientar a elaboração de um objeto de conhecimento específico, o qual, mais tarde, tanto vai se prestar a ser trabalhado em nível acadêmico, como ponto de início para uma expansão do saber, quanto em sala de aula, como matéria escolar, está ultrapassado e superado. É o que pode se depreender da afirmação contida na pergunta inicial, quando parece ficar claro não apenas um descontentamento com o referencial teórico usual, mas também um reconhecimento de que há outras bases em que a descrição linguística e o ensino de língua podem se assentar: *apesar dos avanços na gramática gerativa, o ensino de gramática nas escolas de primeiro e segundo graus continua sendo nos moldes da gramática tradicional.*

Tal suposição fica ainda mais evidente quando se analisam as várias lacunas que apresenta a descrição linguística empreendida sob a perspectiva da Gramática Tradicional. Essa pode ser caracterizada em termos de uma doutrina que prioriza fundamentalmente aspectos normativo-prescritivos dos fatos da língua, baseando-se na determinação de padrões de correção e bom uso, escorados numa tradição escrita e literária, com um claro influxo diacrônico oriundo de uma vasta cultura filológica e bastante influenciada pela norma linguística lusitana. O objetivo é estabelecer o “certo” e o “errado”, com ênfase nas questões que incidem mais agudamente sobre a prescrição de formas linguísticas, em detrimento de um maior foco em aspectos mais diretamente ligados à estrutura e organização da língua. A partir daí fixa-se o que será ensinado: a chamada norma culta, mesmo quando essa “norma” carece de maior precisão e caracterização.

A Gramática Tradicional como referencial teórico tem sido alvo de constantes reflexões e análises, cujos resultados põem em evidência as suas muitas limitações, tanto no que se refere à esfera acadêmico-universitária quanto à didático-escolar. Senão, veja-se: falta de rigor conceitual (Hauy, 1983), ausência de preocupação com a questão das variedades linguísticas (Neves, 2000, 2004), lacunas no que diz respeito a certos fatos gramaticais (Vieira & Brandão, 2007), aproximação excessiva com o português europeu em detrimento das características específicas do português brasileiro (Mattos e Silva, 2004, 2000; Scherre & Naro, 2007). Não obstante, ignoram-se as várias propostas surgidas nos últimos anos e que visam a atenuar os lapsos deixados pela tradição, como os trabalhos de Back (1987), Travaglia (1998), Marcuschi (2000), Bagno (2006), Bortoni-Ricardo (2006) e Dionísio, Machado & Bezerra (2005). Dessa forma, é lícito esperar que haja falhas tanto no conhecimento produzido com base nesse referencial quanto no ensino nele igualmente fundamentado.

Por conseguinte, fica em xeque a Gramática Tradicional e o ensino dela decorrente, e é justamente pela percepção de que, mesmo com tudo isso, o ensino e a pesquisa continuam a ser bastante direcionados pelo que a linha gramatical tradicional, de caráter normativo-pedagógico-filológico, estabelece. Para o professor universitário, fica claro que se trata de um paradigma (no sentido de Kuhn) esgotado e há muito rompido; para o docente básico, é nítida a enorme lacuna entre o que é e deve ser ensinado e o que lhe revela a mínima observação sobre aspectos de uso e caracterização da língua materna. E, ainda assim, tudo gira em torno da tradição... Não é difícil concluir de onde vem a angústia dos professores.

Recentemente, uma (interessante, diga-se) linha veio contrapor-se à Gramática Tradicional. Refere-se aqui à linha dita *textual*, a qual, elegendo o texto como unidade sociocomunicativa básica, enfatiza os aspectos concernentes à comunicação e interação social intermediadas pela linguagem. Há bem menos ênfase aqui na questão da norma, pelo que se conclui a partir da adoção de um referencial que toma a língua na sua multiplicidade de variedades e manifestações, sem maior espaço para uma visão de língua imutável e uniforme. O ensino é elaborado de forma a dotar o aluno de recursos comunicativos e interacionais variados, seja na forma do domínio das variedades linguísticas, adequando-as ao contexto e ao ambiente de enunciação, seja na forma no domínio dos gêneros textuais em que a língua se manifesta, tanto orais quanto escritos. Essa linha de ensino tem se revelado bastante produtiva, em especial no que tange aos aspectos mais estritamente vinculados à leitura e produção de textos, interação e comunicação por meio da linguagem, gramática de texto e fatores de textualidade, aspectos discursivos, entre outros. Enfim, é uma linha que valoriza o *uso* linguístico, compreendendo a linguagem como algo dependente das situações em que é utilizada e das funções às quais se destina.

Sem negar o mérito dessa abordagem, a proposta aqui apresentada pretende introduzir uma nova concepção do que deve ser ensinado quando o assunto é linguagem e, mais especificamente, língua portuguesa. Antes de se contrapor à linha textual, e mesmo à Gramática Tradicional, a sugestão aqui esboçada vem a somar-se a essas linhas, na medida em que vê lugares bastante definidos para ambas: a de fixação de uma norma padrão para a Gramática Tradicional (ainda que não defenda uma norma totalmente descolada da realidade linguística, mas uma norma que cumpra a função precípua de fixar um ponto em comum para que a comunicação transcorra sem ruídos) e de uma pedagogia do uso linguístico que, de fato, promova nos alunos conhecimento sobre os amplos recursos de que a língua dispõe para efetivar uma comunicação/interação eficiente. O que vem a ser adicionado é um *maior conhecimento sobre os fenômenos linguísticos*, associado a um *despertar da curiosidade científica* nos alunos. Essa proposta é detalhada a seguir.

3 As expectativas do sistema educacional: o que se deve ensinar (I)

Na primeira parte de sua resposta à pergunta que lhe fora dirigida, Chomsky disse o seguinte:

“Essas questões [sobre se a gramática gerativa deve ser ensinada nas escolas] não têm nada a ver com o modo como a língua funciona. Têm a ver com os objetivos do sistema educacional, com problemas sociais e culturais (...) As decisões têm de ser tomadas pelos professores, pelos pais, e pela comunidade. Eles têm de decidir o que estão tentando ensinar às crianças (...) E se os professores querem ensinar os mecanismos internos das línguas é uma questão que tem de ser respondida pelas circunstâncias e objetivos do sistema educacional”.

Para Chomsky, antes de qualquer coisa, deve-se determinar o que se pretende com o ensino de língua. Só a partir daí é que seria possível avaliar se a Gramática Gerativa pode servir como um referencial teórico adequado. Aqui se está referindo à Educação Básica, em primeiro lugar, já que, no âmbito acadêmico, a Gramática Gerativa já é, de há muito, uma realidade em termos de pesquisas e desenvolvimentos teóricos. A angústia anteriormente referida, aqui, é tomada como uma questão da conveniência de pesquisadores a ela vinculados em elaborarem trabalhos descritivos do português que se prestem ao trabalho em sala de aula. Algumas coisas muito interessantes têm surgido daí (como os trabalhos de Perini, 1995, 2006, 2008).

Para o caso do professor de Educação Básica, a questão é outra. Trata-se de introduzir a Gramática Gerativa nas escolas. Mas, essa sugestão está de acordo com os objetivos e expectativas do sistema educacional? Caso esteja, como fazer isso? São muitas as questões, e talvez as respostas não sejam tão simples. Todavia, não se deve abster-se de tentar.

Da leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, depreende-se que o sistema educacional, um estrutura que compreende alunos, pais e comunidade, escola, professores e conteúdos, está direcionado para o que é proposto pela linha tradicional, em sua maioria, e pela linha textual, em parcela menor. Não há muito espaço para o gerativismo nesse contexto. Então, à angústia de ver um referencial teórico ultrapassado predominar (como é o caso da Gramática Tradicional) soma-se à angústia de não saber como introduzir uma referência nova, sem contrariar expectativas e interesses já definidos e consolidados, para o bem ou para o mal. Mesmo a linha textual, prevista nos Parâmetros, sofre dificuldades para sua plena integração, como mostram os seguidos casos de professores que, avessos a inovações e aferrados à tradição, resistem em alterar seus conceitos e formas de atuação docente, com flagrante prejuízo para os alunos.

Nesse contexto, a resposta de Chomsky é reveladora: a discussão deve ser conduzida no âmbito do sistema como um todo, e não como iniciativas isoladas. Certamente que a Gramática Gerativa, ou qualquer outra teoria linguística, tem muito a contribuir com o ensino, mas é preciso pensar no modo como se conduzir essa inserção. O que, em realidade, pode ser visto como uma maior aproximação entre a universidade e a escola. E essa aproximação deve ser iniciada por ninguém mais que os próprios professores “angustiados”. Veja-se mais uma parte da resposta de Chomsky:

“Quanto aos métodos de ensino, qualquer professor sabe que cerca de 99% do problema é motivação. Se algo é feito de maneira maçante, não importa quão maravilhosos sejam os métodos, crianças e adultos não estarão interessados e não aprenderão nada. Se as pessoas estão motivadas para aprender, você pode usar os piores métodos que há e elas aprenderão, mas vai saindo de dentro.”

Pessoas motivadas para aprender pressupõem a existência de pessoas motivadas para ensinar, e ensinar de uma maneira nova. Vejamos essa maneira.

4 Esboço de uma nova proposta: o que deve ser ensinado (II)

As partes finais da resposta de Chomsky vêm a seguir:

“Quanto a se a gramática [gerativa] deve ser ensinada (...) Eu penso que deve. E de alguma maneira penso que uma pessoa devia ter alguns conceitos a respeito do modo como sua língua funciona. As pessoas deviam saber, por exemplo, o que é uma oração relativa, como as sentenças são colocadas junto, por que as sentenças significam o que significam.”

Especificamente sobre esse ponto, pode-se dizer que Chomsky menciona a necessidade de o ensino contemplar o conhecimento dos fatos gramaticais da língua materna, sua organização, sua estrutura, seus elementos constituintes, bem como abranger a descrição e a explicação de fenômenos ligados à linguagem em geral. No que toca à primeira parte, é consenso que se trata de uma necessidade real e concreta, dado que é partir desse conhecimento específico que deve se erigir outras considerações acerca da aplicação da língua portuguesa, como o seu uso comunicativo e interacional, a alfabetização e letramento, a questão dos gêneros textuais, e muitas outras. Mesmo os Parâmetros Curriculares são categóricos nesse ponto. Entretanto, coube à Gramática Tradicional ocupar-se desse item, o que, dada as limitações de tal referencial teórico, já esmiuçadas ao longo desse artigo, logrou acarretar um significativo atraso na produção de uma descrição consistente e uma explicação compatível com o estágio atual da língua portuguesa no Brasil. A necessidade e a urgência de uma revisão significativa da terminologia, dos conceitos, dos pressupostos teóricos e dos objetivos faz-se notar – e a Gramática Gerativa certamente muito teria a contribuir nesse sentido, como bem o sugere Chomsky em sua resposta.

“No ensino de língua, a gramática gerativa pode ser usada de maneira bem interessante, para apresentar o pensamento científico de modo geral. Você pode fazer coisas com a língua que não pode com a química. Na química, você precisa de uma grande quantidade de equipamento (...) No caso da língua, a criança basicamente conhece os dados. Você não tem de fazer experimentos complicados. E você pode apresentar os métodos do pensamento científico desse modo”.

É nessa segunda parte da resposta que se pode localizar o cerne da proposta de ensino aqui sugerida e defendida: um ensino que, mantendo a necessidade de se conhecer os fatos de sua *língua* (nesse caso específico, o português), vai além, alcançando tanto o conhecimento sobre a *linguagem* (entendida como uma capacidade da qual o português é um exemplo de manifestação) quanto o conhecimento sobre a *ciência* em geral. Há, desse modo, uma defesa da inclusão da *pesquisa linguística*, articulada a uma *reflexão sobre aspectos formais da língua*, formando as bases nas quais deve se assentar a prática docente, perseguindo assim o objetivo de despertar o gosto pela *inquirição científica* em nossos alunos de Educação Básica.

A linguagem é um dos mais fascinantes mistérios da natureza, tão ou mais que os fenômenos físicos e químicos que tanto chamam a nossa atenção e que são repetidas vezes demonstrados em experimentos e práticas de laboratório, por que não fazer o mesmo com os fenômenos linguísticos? A analogia estabelecida por Chomsky é interessante, na medida que coloca a linguagem menos como uma ferramenta de comunicação (como o faz a linha textual) e mais como um fato natural do mundo, como é a gravidade, a evolução e a transformação da matéria. Ela retira do ensino da língua e linguagem aquela conotação instrumentalista que, a despeito de sua importância, não deixa de significar uma redução em nossa compreensão do que vem a ser língua/linguagem.

Em um país tão pobre (e ao mesmo tempo necessitado) de uma maior comunidade científica, bem como carente de produzir novos conhecimentos, ganha ainda mais relevância a

proposta de se inculzir desde as etapas iniciais do ensino a paixão pela inquirição e pesquisa científica, formando desde cedo a consciência científica e fazendo com que os princípios gerais de funcionamento e criação em ciência sejam dominados o quanto antes (atualmente, uma tal formação só é dada a contento na pós-graduação). E não se trata de formar uma geração de linguistas, cientistas da linguagem ou mesmo de “gramáticos gerativos”, mas de uma geração de profissionais de ciências dos mais variados campos do saber, visto que a linguagem, nessa proposta, pela facilidade que se têm em manipulá-la, em se conseguir os dados sem a precisão de técnicas sofisticadas e laboratórios dispendiosos, se presta ao papel de funcionar como o motor dessa formação.

Não se pretende, com essa sugestão, relegar a planos secundários nem a questão da normatização, de resto já bastante consolidada, nem a necessidade de se transmitir conhecimentos sobre as funções comunicativas e interacionais de linguagem. Antes disso, o que se pretende é somar mais uma contribuição ao já enorme esforço que vem sendo empreendido por todos aqueles que, desejosos de aplacar a “angústia” registrada, dispõem o melhor de seu trabalho a apontar os defeitos do ensino atual de língua portuguesa, sugerindo propostas de aperfeiçoamento desse processo. Espera-se que um novo conceito de “conhecimento linguístico” seja erigido sobre essas bases.

5 Conclusão

À guisa de fechamento, pode-se dizer que a proposta aqui esboçada e apresentada contribui, ainda, para a aproximação entre universidade e escola, fechando uma lacuna que, de há muito, vem sendo um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento do ensino em nosso país. Sendo a universidade um local de criação de saberes, por que não transmitir igualmente o modo como esses saberes são elaborados? E por que os saberes lá surgidos não podem ser diretamente aplicados ao cotidiano escolar, como se não fosse da própria escola que os alunos saíssem rumo à universidade? Essas questões mais gerais podem ser melhor encaminhadas a partir do que aqui se sugeriu. De resto, acredita-se que a implementação dela não seja nem cara, nem demorada, nem complicada – exige-se apenas que se siga o que Chomsky sugere, no fechamento de sua resposta:

“Quanto aos métodos de ensino, qualquer professor sabe que cerca de 99% do problema é motivação. Se algo é feito de maneira maçante, não importa quão maravilhosos sejam os métodos, crianças e adultos não estarão interessados e não aprenderão nada. Se as pessoas estão motivadas para aprender, você pode usar os piores métodos que há e elas aprenderão, mas vai saindo de dentro.”

REFERÊNCIAS

- BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de português: proposta de solução*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e Mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora. *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.
- HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. São Paulo, Editora Ática, 1983.
- MARSCUSCHI, Luiz Antônio. *O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula*. In: AZEREDO, José Carlos de. (org.). *Língua Portuguesa em Debate: Conhecimento e Ensino*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Da sócio-história do português brasileiro para o ensino de português hoje. In: AZEREDO, José Carlos de. (org.). *Língua Portuguesa em Debate: Conhecimento e Ensino*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- NARO, Anthony Julius & SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: conhecimento e ensino. In: AZEREDO, José Carlos de. (org.). *Língua Portuguesa em Debate: Conhecimento e Ensino*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que Gramática Estudar na Escola ? Norma e Uso da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- NÓBREGA, Maria José. *Perspectivas para o trabalho com análise lingüística na escola*. In: AZEREDO, José Carlos de. (org.). *Língua Portuguesa em Debate: Conhecimento e Ensino*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- PERINI, Mário Alberto. Gramática Descritiva do Português. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- _____. *Princípios de Lingüística Descritiva*. Introdução ao Pensamento Gramatical. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- _____. *Estudos de Gramática Descritiva – As Valências Verbais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues & BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de Gramática, Descrição e Uso*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

Recebido em 30/05/2015

Aceito em 20/09/2015